



Editorial

Infância com problemas

Rinaldo Voltolini

Que as crianças tenham problemas, isso é amplamente sabido e admitido. Podemos mesmo supor que elas sempre os tiveram em qualquer época, em qualquer lugar. O que é novo, entretanto, é que estes problemas sejam reconhecidos pela esfera pública, repertoriados em escala universal, contemplados em políticas criadas especialmente *para a infância*. A fórmula *problemas da infância* implica, de saída, decidir de que lado tomaremos o “da”: como genitivo subjetivo ou objetivo. No primeiro caso se trataria de pensar que a criança, enquanto sujeito, tem lá *seus problemas*; no segundo, tratar-se-ia de pensar que alguém, que não a própria criança, a toma como objeto de preocupação e se debruça sobre o que seriam os *problemas dela*. Ao que parece, a dimensão dos problemas dela tem prevalecido em relação àquele dos seus problemas.

Há pelo menos um século, o termo infância ganhou entre nós uma resplandecência. Comemora-se que a civilização tenha reconhecido a existência das crianças depois de séculos de desconsideração. As crianças, certamente, sempre existiram, mas agora possuem um estatuto político: a infância. Esta emancipação política da infância mereceria ser parcimoniosamente analisada, seja em sua concepção, seja em suas consequências, pelo menos quando observamos a extrema desigualdade com que as crianças são tomadas por estas políticas públicas criadas para elas e mesmo quando nos perguntamos sobre a posição que elas mesmas – as principais interessadas- ocupam na concepção destas políticas para a infância.

É bem verdade que existe uma razão legítima para que elas não sejam convocadas a legislar na polis. A criança sabe e age mais a favor do que é “o” seu interesse do que daquilo que é “do” seu interesse. A declaração de sua menoridade – política e não desenvolvimental - é um fato universal em todas as sociedades, que devem delinear onde passa a fronteira entre aquele que é considerado emancipado politicamente – ou seja, em condições de participar das decisões da

* Psicanalista. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: rvoltolini@usp.br

cidade – daquele que deve ser considerado em vias de emancipação. Medida menos hierárquica, como nosso tempo gostaria de denunciar, do que protetiva. Aos menores é dado um tempo para que floresçam sem ter que se ocupar dos negócios do mundo.

Todo o problema é compreendermos o que fazem e como fazem os maiores emancipados que têm que se ocupar dos problemas da infância e que consequências isso tem para as crianças envolvidas. Afinal, que a palavra da criança não deva ter um valor legislativo, não significa que ela não tenha valor algum, que não represente um sujeito, como aliás nos mostrou vastamente Françoise Dolto que fez da questão do valor da palavra da criança uma causa política.

Que a criança tenha sido convidada a ocupar o lugar central em uma política, - na educação, por exemplo, se diz da criança como o centro do processo educativo – não quer dizer necessariamente que isso a coloque em melhores condições. Lembremos, por exemplo, do significado bastante preciso do lugar de centro no modelo do panóptico, examinado por Foucault em seu texto *Vigiar e punir* (1987). Na estrutura panóptica, o centro é meticulosamente construído de modo que nele nada escape à possibilidade de observação. Trata-se de um lugar estratégico, cuja lógica é a vigilância e o controle e não o cuidado e a emancipação. Modelo característico da prisão, mas, também da escola e dos manicômios, instituições que a pena foucaultiana alinha num mesmo plano.

Com a promoção política e social da infância, e mesmo para que ela ocorresse como tal, um discurso sobre a criança se montou. Composto de vários saberes – sempre disciplinares, como, novamente Foucault, nos mostrou – serve para instituir práticas sobre ela, sempre em nome de seu bem, como se costuma dizer. Mesmo que evitemos por ora entrar no extenso debate sobre o que vem a ser este bem, o fato a destacar é que a simples construção de um discurso sobre a infância implica a normatização de sua condição. *A infância* é a fórmula, portanto, que dá nome e substância a essa normatização.

Daí, um paradoxo se instala: à força de ser bastante falada, a palavra singular da criança torna-se pouco ouvida. Se antes a noção de *infans* – literalmente, aquele que não fala – se definia, essencialmente, por referência à sua imaturidade desenvolvimental, hoje em dia, desde a normatização d'A infância, tal noção parece mais representar outra modalidade de impedimento da fala: ela é calada pelos saberes construídos *sobre* ela. Na medicalização da infância, por exemplo, encontramos uma ilustração singular deste fenômeno. Ao contrário do que ocorria à personagem Emília – do *Sítio do pica-pau amarelo* de Monteiro Lobato – que tomava a pílula falante e desembestava a tagarelar, encontramos hoje a pílula *calante*, cuja administração desembestada nas escolas deixam margem a que se pergunte se ela tem valor terapêutico ou disciplinar.

As políticas criadas para a infância, mesmo que projetadas para sua proteção e desenvolvimento, correm o risco de apagar a potência da infância, aquela que Freud soube tão bem destacar. Afinal não foi ele quem mostrou uma criança empenhada em teorizar, nas investigações sexuais infantis; mostrou, também, uma criança criativa potencial, de uma criatividade que restaria sendo a fonte primordial dos poetas e artistas, etc. Nunca é demais ressaltar que à diferença de uma pesquisa como a piagetiana, por exemplo, concebida em torno das perguntas que o adulto pesquisador faz à criança, Freud partiu de uma pesquisa onde o que conta são as perguntas que a criança faz ao adulto. Decididamente, em Freud, a infância é potente! Se para a pedagogia a criança é *potencial*, para a psicanálise ela é *potência*.

Em todo o caso, não desembocamos no mesmo lugar se pensamos os problemas da criança, tal como são vividos, singularmente, por ela, ou se pensamos seus problemas como aparecem formulados pelo discurso que normatiza a infância. A tensão entre a criança pensada e aquela

que pensa é o fio que percorre subterraneamente os artigos que compõem este dossiê. Foi uma alegria reencontrar tematizada, nestas artigos, a questão que formou o mote de nossa revista *Estilos da Clínica: infância com problemas*.

O leitor encontrará, nos textos que se seguem a abordagem de temas bem próprios à criança e seus problemas. O modo de nomeação destes problemas testemunha muitas vezes o que chamamos aqui de discurso da infância, em termos como vulnerabilidade social, condicionantes de políticas de adoção, tempo de qualidade vivido com as crianças, crianças e imigração, etc. Outras vezes veremos deslizar discussões em torno de experiências concretas vividas com elas no enfrentamento de seus problemas, e de como se tenta dar conta teoricamente desses manejos. Assim sendo, estes artigos colocam à prova o que se pode fazer com as crianças num mundo dominado discursivamente pela Infância.

Manter a potência da infância face à normatização discursiva que se estabelece em torno dela é um dos grandes desafios contemporâneos postos na mesa, na qual a psicanálise, certamente tem assento e um lugar particular.

Referências

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ : Vozes.

Recebido em novembro de 2021 – Aceito em novembro de 2021.